

OBSERVAÇÕES SOBRE A DISCUSSÃO DE DOMINIQUE MAINGUENEAU A PROPÓSITO DO PROBLEMA DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Jefferson VOSS¹

RESUMO: O presente texto ensaia uma discussão a respeito dos problemas suscitados pela discussão teórico-metodológica oferecida por Dominique Maingueneau (2008a) relativamente ao tratamento das formações discursivas na análise de *corpora* em análise de discurso (AD). No texto, oferecemos desde uma breve contextualização do problema que a noção de formação discursiva representa para a AD até a análise de um enunciado a fim de discutir a proposta teórico-metodológica de Maingueneau (2008a). Conflitando esta proposta de Maingueneau à teoria do discurso de Michel Pêcheux, resulta de nossa reflexão a conclusão de que, assim como em outros trabalhos que procuraram soluções para os modos de recorte de unidades de discurso, também a proposta de Maingueneau é problemática na medida em que ignora a complexidade dos processos discursivos e o funcionamento da contradição em objetos discursivos constitutivamente paradoxais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Discursiva. Unidades Tópicas e Não Tópicas. Contradição. Dominique Maingueneau.

Introdução

Dado um dos objetivos que atualmente norteia nossa pesquisa, qual seja o de definir e narrar modos de emprego da noção de formação discursiva (FD) na história da AD no Brasil e na França, nossa discussão no presente texto focaliza os limites dessa noção tal qual é desenvolvida por Dominique Maingueneau (2008a) em uma discussão quase que recente sobre as abordagens teórico-metodológicas que ensaiam isolar e definir formações discursi-

¹ Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, em Campinas, São Paulo, Brasil. jeffersonvoss@yahoo.com.br

vas (FDs). Dessa forma, a partir do arranjo teórico-metodológico específico que Maingueneau oferece para a noção de FD e para as unidades do discurso, problematizamos seu alcance na tentativa de avaliar um dispositivo teórico-analítico que possa ser aplicado a partir dele.

Nosso itinerário começa por uma discussão sobre a recepção da noção de FD no Brasil e os problemas que geralmente são suscitados a seu respeito: o da dupla paternidade da noção, o da máquina de derivação enunciativa na qual a noção pode resultar e o dos excessos taxionômicos que a descrição de FDs, às vezes, acarreta. Na sequência, brevemente comentamos algumas das razões da insistência em se empregar, no Brasil, a noção de FD. Apesar de especular algumas razões mais negativas e que acusam certo descuido na recepção dos textos franceses, assumimos que a insistência é muito mais um índice de condições históricas e conjunturais muito específicas que agenciam um modo particular de se produzir teoria do discurso no Brasil.

A terceira parte do texto é, enfim, reservada à discussão específica sobre a organização teórico-metodológica de Maingueneau (2008a). O autor tenta organizar critérios para a distinção entre formações discursivas, posicionamentos, gêneros do discurso e percursos interpretativos. Para tanto, Maingueneau divide as unidades do discurso em unidades tópicas e não tópicas. A formação discursiva é, para o autor, uma unidade não tópica, na medida em que os discursos organizados por uma FD não estão filiados a um aparelho ideológico ou a uma instituição. Para Maingueneau, o que define uma FD é o fato de não haver fronteiras institucionais que determinam seu funcionamento. As formações discursivas são, por sua vez, ainda divididas em unifocais e plurifocais.

O texto chega ao fim com a apresentação da análise de um enunciado. A análise tem por objetivo testar os limites do arranjo teórico-metodológico de Maingueneau (2008a). Com a descrição do funcionamento de um enunciado homofóbico, procuramos verificar a possibilidade de se tratar a FD como uma unidade não tópica unifocal ou plurifocal. Por fim, recorrendo a algumas fórmulas da elaboração pecheutiana da teoria do discurso, problematizamos principalmente o modo como os efeitos da contradição no funcionamento discursivo não são explorados nesta discussão de Maingueneau.

Formação discursiva: o problema das unidades do discurso

Não é nova a discussão sobre o problema que a noção de formação discursiva representa para a AD. Mesmo Pêcheux (2006 [1983²]), na década de 1980, já havia alertado sobre os riscos trazidos pelo uso indevido e indiscriminado da noção. Máquina discursiva de assujeitamento é como Pêcheux chamava o dispositivo que, centrado na noção de FD, estava voltado à repetição estrutural do Mesmo e ao apagamento do acontecimento discursivo.

No Brasil (mas também na França), muito já foi e tem sido discutido sobre os limites da noção e suas implicações em análise de *corpora* de arquivo. Essas discussões sempre acabam problematizando os mesmos pontos, sumarizados, principalmente, nestes que enumeraremos: a) deve sempre ser lembrada a dupla paternidade da noção, ela é de Foucault e de Pêcheux (BARONAS, 2007; GREGOLIN, 2006); b) ora Pêcheux, ora Foucault é culpado de desenvolver a noção como uma máquina de regularidades/homogeneidades discursivas (INDURSKY, 2005); e c) a noção provoca um excesso de usos taxionômicos que apaga a complexidade do funcionamento dos processos discursivos (MALDIDIER, 2003; MALDIDIER, 2011; GUILHAUMOU, 2007). Gostaríamos de discutir muito brevemente cada um desses pontos, não no sentido de solucioná-los ou garantir-lhes um desfecho teórico, mas no intuito de permitir, talvez, novas reflexões.

A propósito da dupla paternidade da noção, parece muito claro se tratar de um tema que já rende, atualmente, pouca discussão. Primeiramente, porque Pêcheux já esclareceu, em mais de um dos últimos textos que escreveu, que a noção veio de Foucault. Imaginamos que não há mais dúvida sobre a paternidade da noção: foi criada por Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2008 [1969]), no intuito de, em um percurso autocrítico, substituir a ideia de *episteme* e mostrar que os saberes se constituem a partir de relações heterogêneas em práticas de diversas ordens, inclusive aquelas não discursivas que têm a ver com saberes sem estatuto *científico*. Pêcheux faz uso da noção com um objetivo bastante parecido – o que ele mesmo admite em 1984 (PÊCHEUX, 2011 [1984]): o objetivo de refletir sobre certas unidades discursivas que organizam mais ou menos os discursos, que lhe garantem mais

² Para facilitar a leitura, colocaremos alguns dos anos de publicação original dos textos entre colchetes.

ou menos uma identidade sem estarem ligadas a um ponto de integração na história.

O que talvez ainda possa ser discutido é o quanto de Foucault deve ser trazido para a AD quando for o caso de dizer sobre a noção de FD nas análises. Já foi do interesse de Voss e Navarro (2011), por exemplo, refletir sobre a abrangência da noção em *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008 [1969]), já que, aparentemente, sempre que Foucault era (ou é?) chamado a falar sobre a noção de FD, havia (ou há?) uma insistência muito grande em dizer sobre certa *regularidade na dispersão de enunciados*, sem aprofundar o leque de outras categorias analíticas que Foucault (2008 [1969]) cria para garantir a descrição de uma FD.

Para resumir, digamos que, primeiramente, na tentativa de assumir a paternidade foucaultiana e de investir nela, há muito mais para se dizer sobre uma FD que sobre seu estatuto de sistema de dispersão. O método arqueológico oferece uma grande organização de categorias analíticas para a descrição de FDs – o que impede que toda a abrangência da noção seja sintetizada em um único parágrafo de *A Arqueologia* (FOUCAULT, 2008 [1969]), presente no capítulo “As formações discursivas”. Uma segunda alternativa seria a de, até certo ponto, abandonar *A Arqueologia do Saber* e assumir outros pontos das discussões da obra de Foucault, uma vez que o projeto arqueológico dá vez, entre outras coisas, às discussões de Foucault sobre a sistemática de funcionamento do poder na sociedade ocidental.

De acréscimo, ainda sobre a questão da paternidade, parece-nos inócuo, na posição de analistas de discursos, admitir que seja de uma importância tão grande descobrir o lugar de *origem* de uma noção ou conceito. Como bem sabemos, a partir tanto de Foucault (2007 [1966]) quanto de Pêcheux (2006 [1983]), a questão da autoria independe propriamente de um sujeito empírico precursor de uma *ideia*, uma vez que tanto o autor quanto sua obra estão estritamente vinculados a condições muito específicas de formulação e de circulação de saberes; por isso a inocência ao se defender a paternidade de uma noção vinculando-a a um nome próprio, uma vez que muito mais importante é a circulação dessa noção vinculada a um lugar de autoria que se constitui histórica e conjunturalmente.

O segundo ponto, aquele a respeito do culpado pela máquina de regularidades/ homogeneidades discursivas, também não parece ser um caso que gere tantos problemas para a AD. O cerne de uma discussão como essa é que

o objetivo de Foucault, ao hipoteticamente ignorar a categoria de contradição, poderia levar à descrição homogênea dos discursos – o que, no caso de Pêcheux, não aconteceria (INDURSKY, 2005) – ou vice-versa: a FD teria sido relegada por Pêcheux a uma maquinaria discursiva e isso ignoraria a dispersão da qual tratava Foucault. Contudo, imaginamos que o problema também já tenha sido resolvido pelo próprio Pêcheux. Em um texto de 1984, Pêcheux (2011) dialoga com *a evolução autocrítica* do trabalho de Foucault e enfatiza similaridades entre a proposta arqueológica de FD e as matrizes de sentido conceituadas em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Nesse mesmo texto de 1984, além de, mais uma vez, atribuir a Foucault a paternidade da noção de FD, Pêcheux (2011 [1984], p. 157) ainda reconhece na noção “uma concepção materialista da discursividade na qual os efeitos do interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições”. Esse é um texto muito interessante de Pêcheux, pois mostra uma outra leitura que o precursor da AD fazia de Foucault em seus últimos trabalhos.

Além disso, sobre esses dois primeiros pontos e de forma geral, não se pode ignorar que há uma postura bastante reducionista na tentativa de dizer quem é o *melhor* autor para tratar das heterogeneidades discursivas ou que o primeiro a falar de FD é o que tem *poder* sobre a noção. Na verdade, noções e conceitos só existem no cerne da teoria em que eles são erigidos. Assim, a noção de FD tem peculiaridades que a restringem a certo modo de existência tanto na obra de Foucault quanto na de Pêcheux, assim como adquirirá diversas outras peculiaridades ao ser reinterpretada mais tarde em conjunturas diferentes. Talvez não se trate de estabelecer quem falou primeiro ou como, mas de indicar a produtividade teórica da noção no projeto teórico em que ele está inscrito.

No que diz respeito, enfim, ao terceiro ponto, sobre a utilização taxionômica da noção de FD, este é um dos que mais nos interessa, pois tem a ver com os critérios de definição daquilo que é uma FD. As acusações sobre o uso indevido da noção de FD aparecem principalmente em Malidier (2003, 2011), mas é também Maingueneau (2008a) quem mais tarde volta a tocar na questão. Diz Malidier (2011, p. 50): “Não trabalhada com outros conceitos e deles isolada, a noção de FD amiúde suscitou derivas taxionômicas, antípodas da dimensão histórica que deveria justificá-la”. Ou seja, se, por um lado, grande parte do método arqueológico é esquecida para se falar de FD do pon-

to de vista foucaultiano (VOSS; NAVARRO, 2011), por outro lado, também todo um conjunto de noções pecheutianas parece não ser evocado quando do delineamento de uma FD.

Ao contrário dos dois outros pontos que brevemente discutimos acima, este ainda tem assombrado bastante os analistas do discurso. Isso porque ele não diz respeito somente a uma discussão teórica, mas a um passo fundamental de qualquer análise que considere a possibilidade de organizar os processos discursivos e traçar, a partir deles, unidades do discurso.

Já remonta de Foucault (2008 [1969]) o problema das unidades e ele é um problema central ao se tratar de FDs. Solução que soa paradoxal (MAINGUENEAU, 2008a), a criação da noção de formação discursiva coincide com uma tentativa de negar que os discursos possuam unidades. Talvez por isso o uso taxionômico seja tão perigoso, pois ele diminui a complexidade dos discursos, diminui suas relações e, por isso, vai em uma direção contrária (ou pelo menos muito problemática) aos projetos teóricos desenvolvidos por Pêcheux e Foucault.

As derivas taxionômicas e a tentativa de delimitar unidades de discurso parecem não possuir diretrizes fixas de descrição de *corpora*. Há desde quem fale de *formação discursiva capitalista* ou *de esquerda/direita* ou *religiosa* até aqueles que descrevem a *formação discursiva de FHC/Lula* ou *do professor* ou *da mídia*. Não vamos citar trabalhos que fazem/fizeram esses usos, mas podemos garantir que uma rápida pesquisa em plataformas de busca *online* apontará vários deles.

Isso revela prioritariamente duas coisas: a) que não há mesmo critérios para a definição do que seja, no real da história, uma formação discursiva (e, portanto, uma formação ideológica e social); e b) a noção de formação discursiva é ainda muito cara à AD, já que grande parte das análises realizadas desemboca na delimitação de uma ou várias formações discursivas. No próximo item, discutimos esse apego à noção e, no terceiro item, apresentamos a tentativa de Maingueneau para o estabelecimento de critérios para a organização das unidades do discurso e para a definição do que sejam FDs.

A insistência na noção de FD

Na história da AD na França, a noção de FD, apesar de ter sido um dos conceitos-chave da AD durante a década de 1970 (durante, inclusive, um

curto período), sofre um grande declínio e cai em desuso já na década de 1980 (GUILHAUMOU, 2007). No Brasil, contudo, a tendência, desde sempre, se mostrou ser outra. Os analistas de discurso, principalmente os mais apegados ao projeto teórico de Michel Pêcheux, nunca abandonaram a noção e ainda fazem dela um ponto de chegada das análises. Rapidamente, podemos especular algumas razões para isso.

Primeiramente, podemos comentar, por exemplo, a problemática recepção dos textos franceses no Brasil. De modo que as traduções não obedeceram à ordem de divulgação dos textos na França, algumas nuances da história da AD e de sua relação com a noção de FD poderiam ter passado despercebidas aos olhos das análises brasileiras. Exige-se, é certo, um trabalho muito cuidadoso de leitura dos textos para que toda a história da AD e de seus percalços seja apreendida no Brasil (país que já conta com uma história própria da AD). Há textos de Pêcheux, como os da coletânea de Orlandi (2011), que só foram chegar traduzidos às mãos do leitor brasileiro em 2011.

Também os manuais de AD poderiam, de certa forma, ter aflorado a insistência em manter a noção de FD sempre viva e operante. Todos os manuais introdutórios da disciplina trazem a noção de FD como uma das noções operacionais mais importantes para a montagem de dispositivos teóricos em AD. Exemplos claros são os dos três manuais que mais circulam no Brasil atualmente: Brandão (2004), Orlandi (2003) e Fernandes (2005). Ou talvez também a própria popularidade que a AD ganhou no Brasil – aliada à circulação dos manuais – tenha alavancado o estatuto da noção de FD.

Contudo, não obstante tais especulações, é importante lembrar que o Brasil é um dos países que mais levou a sério as reflexões de Pêcheux sobre as relações entre a produção de sentidos na/pela língua e os modos de produção a que as sociedades estão submetidas. Dessa forma, o apego à noção de FD não sugere uma conseqüente falha na leitura que é feita dos trabalhos de Pêcheux, tampouco sugere leituras reduzidas a manuais. De fato, a insistência em conceitos supostamente já ultrapassados – não só o de FD, mas os de condições de produção do discurso e também de formações imaginárias – parece indicar, na verdade, uma grande seriedade em enfrentar os desafios que os textos de Pêcheux trazem para a AD. Assim, mesmo havendo tal apego à noção, não se pode afirmar que ela é empregada tal qual a *máquina estrutural voltada à repetição* que Pêcheux (2006 [1983]) já criticara.

As propostas tanto de Pêcheux (2010 [1983]) quanto de Courtine (2009 [1981]) para uma reviravolta no modo de abordagem dos *corpora* foram incisivamente levadas a cabo pela AD brasileira. Desse modo, não se reconhece mais, em uma formação discursiva, uma identidade de sentidos fechada nela mesma, de modo a compor um bloco ou unidade imanente. Recorrendo sempre às reflexões de Pêcheux em seus últimos textos, as análises têm levado em conta as relações ideológicas desiguais que atravessam os discursos e que constroem objetos paradoxais neles e a partir deles. Ou seja, mesmo se tratando de projetos que se propõem à leitura de Pêcheux, já se trata de um *outro Pêcheux*, uma vez que ele é lido tanto em relação a seus últimos textos quanto em relação às produções brasileiras e francesas que já discutiram os limites de sua teoria discursiva.

Apesar de ser cedo ainda em nossa pesquisa para poder especular sobre o assunto, há ainda de se considerar as condições históricas e as conjunturas específicas que, em solo brasileiro, levaram a um desenvolvimento mais ou menos próprio da análise de discurso e, por consequência, a um percurso diverso na ancoragem dos pesquisadores a autores, textos e conceitos. A insistência em noções supostamente ultrapassadas da AD pode estar relacionada a questões conjunturais e históricas específicas que alicerçam a formulação e circulação de saberes – ou, mais propriamente, de ideias linguísticas e discursivas – no Brasil.

A alternativa metodológica de Maingueneau

Dominique Maingueneau é um analista de discurso que se mostrou bastante inquieto frente ao problema da livre circulação da noção de FD. Sua análise não se estende ao Brasil, mas permite experimentar o cenário vivido pela França em relação ao emprego da noção.

Em Maingueneau (2008a), encontramos uma discussão interessante sobre os problemas na conceituação e aplicação da noção de formação discursiva em AD. Admitindo que “[...] atualmente [na França³], os analistas

³ Como já havíamos dito acima, a AD brasileira mostra uma tendência forte de se ancorar em seus *fundadores* franceses. O intuito, margeado por um lugar de enfrentamento do político, é sempre o de construir uma via de escape da semântica formal e mostrar que muito dos efeitos de sentido produzidos pelos textos têm uma relação estreita com os processos de subjetivação do homem relativamente à história e aos modos de produção econômica e intelectual. Contudo, essa leitura dos *fundadores* traz todas as particularidades de uma produção epistemológica ex-colonial e, portanto, é bastante distinta da leitura *francesa*.

de discurso estão longe das linhas programáticas de Foucault e Pêcheux”, Maingueneau (2008a, p. 15) considera que “[...] na maioria das vezes emprega-se ‘formação discursiva’, nas situações em que o analista [se] depara [com] um conjunto de textos que não corresponde a uma categorização clara”.

Além de denunciar a falta de clareza que há na utilização do termo, Maingueneau ainda critica o modo pelo qual a noção é aplicada, como se sua designação fosse evidente. Para argumentar a favor de sua posição, o autor oferece exemplos que mostram o uso espontaneísta e bem variável da expressão *formação discursiva*. Os exemplos são bastante semelhantes àqueles que apresentamos no final da primeira seção deste texto.

Depois de discutir a dupla paternidade da noção de FD e sua fissura constitutiva nos trabalhos tanto de Pêcheux (2009 [1975]) quanto de Foucault (2008 [1969]), Maingueneau (2008a) oferece uma alternativa para reorganizar a relação entre tipos, gêneros e campos discursivos, posicionamentos e FDs. Sua proposta é a de considerar que há dois tipos de unidades de discurso, duas possibilidades de organizar os discursos: em *unidades tópicas* e em *unidades não tópicas*.

As unidades tópicas são aquelas regidas prioritariamente pelas instituições às quais os discursos estão relacionados. Já as unidades não tópicas não estão ligadas a lugares institucionais definidos. Excluindo a noção de posição, relevante para Pêcheux e referente à luta de classes, e passando a tratá-la como posicionamento em um campo discursivo (sem aquela conotação), Maingueneau (2008a) reelabora as fronteiras da noção de FD.

As unidades que o grupo em torno de Pêcheux (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971) chamava de formação discursiva, Maingueneau as trata como posicionamentos no interior de um campo discursivo e institucional (uma unidade tópica territorial); por outro lado, formação discursiva (para ele, uma unidade não tópica) será uma categoria que serve justamente para caracterizar *corporas* que não se referem a uma instituição, como é o caso do discurso racista, do discurso colonial e do discurso patronal – exemplos apresentados pelo autor.

Maingueneau (2008a) oferece uma problematização do estatuto da FD, uma tentativa de organização do problema e uma discussão sobre a relação entre FD e organização de *corporas*. Além disso, ele reconfigura a noção, desligando-a de seu equivalente na obra de Pêcheux – o posicionamento – e inclusive admite a existência de FDs plurifocais que, no limite, respondem à heterogeneidade constitutiva do discurso. Entretanto, apesar de ser um texto

sintomático a respeito dos problemas suscitados pela má definição da noção de FD, não há nele explicitação dos critérios que definiriam a regularidade do foco (ou dos focos, no caso de FDs plurifocais) que une diferentes textos de diversos gêneros por meio da *onipresença* de um discurso *inconsciente que une a fala dos locutores* (MAINGUENEAU, 2008a, p. 19). A reconfiguração de Maingueneau para FD, nos parece, acaba deixando a noção ainda mais ampla ao desligá-la de uma instituição de referência e tratá-la como foco comum que atravessa um discurso não tópico.

Se a FD, ao contrário do posicionamento, não pode ser definida em relação a uma instituição, fica a dúvida sobre de que critérios se valer para decidir que o *discurso racista*, o *discurso colonial* ou o *discurso patronal* são formações discursivas e, principalmente, para admitir que se trate de FDs diferentes. Dessa forma, imaginamos que a problemática levantada por Maingueneau e a solução que o autor apresenta também necessitam de maiores aprofundamento e esclarecimentos no caso de quisermos tomá-las como parte de um dispositivo teórico-analítico para a análise de discurso.

Também não é fácil mensurar o quanto a diferenciação entre FDs unifocais e plurifocais pode responder à problemática da contradição que está na base do funcionamento da maioria dos processos discursivos. Conceber que uma FD seja unifocal já não é, de antemão, compreender que há FDs que funcionam de maneira isolada, sem relação com outras FDs? Apesar de uma clara tentativa de fechamento da questão, Maingueneau acaba abrindo caminhos para algumas outras dúvidas.

Um enunciado, uma ideologia, uma formação discursiva?

A fim de aprofundar a discussão sobre essa elaboração teórica de Maingueneau (2008a), passaremos agora à análise de um enunciado. Nossa tentativa será a de especular sobre os limites dessa alternativa oferecida por Maingueneau (2008a) para a organização das unidades do discurso e para a definição do que seja uma formação discursiva. Trazemos para apreciação um enunciado que, *a priori*, não tem relação com nenhuma instituição: um enunciado homofóbico. Eis o enunciado, retirado de um *blog* que prega a cura para o *homossexualismo*:

- (1) *Assuma Jesus em sua vida e siga o caminho do verdadeiro arco-íris, a felicidade plena de viver a normalidade sexual*⁴.

Na esteira do que propõe Maingueneau (2008a), esse enunciado não é regido pelas determinações de um posicionamento (um gênero concernente a um aparelho), mas de uma formação discursiva, já que não há aparelhos que fixam as fronteiras de tal discurso. Como se sabe, os saberes contra os homossexuais – o discurso homofóbico – não são regidos por um aparelho institucional regulamentado que define regras de estabilização de sentidos (não há uma escola, uma igreja ou uma sede de partido político que dite, pelo menos oficial e diretamente, diretrizes para a homofobia). Assumamos, portanto, que a homofobia é mantida pelo funcionamento de uma formação discursiva: há algo, sem fronteiras definidas, que mantém uma unidade de sentidos mais ou menos estabilizados.

Cabe a nós, então, questionar, como segundo passo para uma análise, se se trata de uma FD unifocal ou plurifocal. Maingueneau (2008a) recorre rapidamente à noção de polifonia bakhtiniana para tentar explicitar essa diferença e apresenta o discurso racista como exemplo de uma FD unifocal. Nas palavras do autor:

A delimitação e o estudo dessas últimas [entidades como o “discurso racista”] implicam realmente a construção de *corpora* heterogêneos, mas os textos de gêneros diversos que se encontram assim reunidos são unificados em um nível superior por um foco único que os faz convergir: atrás da diversidade dos gêneros e dos posicionamentos que dizem respeito aos textos do *corpus* assim construído, encontra-se a onipresença de um “racismo” inconsciente que governa a fala dos locutores. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 19)

Em linhas gerais, uma FD unifocal é, pois, uma FD regida por uma única ideologia (um único ponto de vista), enquanto nas FDs plurifocais há a possibilidade de funcionamento de mais de uma ideologia em um mesmo conjunto de textos.

Somos instados, a partir dessa discussão de Maingueneau, a acreditar que há, portanto, uma relação biunívoca entre formação discursiva e ideologia (ou formação ideológica) e também que a ideologia seja algo estabilizado, sem contradições aparentes, sem fissuras constitutivas e que tenha sua iden-

⁴ Enunciado retirado do texto “Ajuda para quem quer sair do homossexualismo”, disponível em: <<http://migre.me/8bTXI>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

tidade fechada em si mesma. De certo modo, poderíamos afirmar, então, que Maingueneau, nesse seu exercício teórico, ignora alguns dos princípios materialistas que regeram o desenvolvimento da análise de discurso pecheutiana na França e que ainda regem boa parte da produção nacional.

Se uma FD unifocal é aquela em que, aparentemente, só uma ideologia funciona e faz com que os locutores falem, então o discurso homofóbico seria regido por uma FD unifocal. Contudo, o que dizer sobre os sentidos que falham? O que dizer sobre as relações desiguais e contraditórias que atravessam os enunciados? O que dizer sobre o complexo com dominante das formações ideológicas que põe o interdiscurso em funcionamento?

No enunciado (1), apresentado ainda há pouco, o encadeamento de efeitos de pré-construído e de sustentação⁵ mostra que o discurso homofóbico não é, em si mesmo, uma unidade fechada. O imperativo *Assuma Jesus* é invadido pela *posicionamento religioso*, em um efeito de identificação com um outro discurso, com o qual se mantém aliança (já que não é possível afirmar que a homofobia seja a mesma coisa que religião, apesar de haver nuances históricas entre os dois discursos). O elemento *Jesus* é apresentado como saber dado que concentra em si uma vasta memória sobre o que é *ser de Jesus* e *não ser de Jesus*. Uma grande cadeia de enunciados pode ser derivada simplesmente do imperativo *Assuma Jesus*:

- (2) *Quem está com Jesus, está do lado do bem*, que mantém relação tautológica com
- (3) *Quem não está com Jesus, está do lado do mal*; mas também
- (4) *Jesus já nos salvou, temos uma dívida com ele*, portanto
- (5) *Todos precisamos estar do lado de Jesus*.

Contudo, *Assuma Jesus* também nuança uma relação paradoxal com uma posição a favor da liberação sexual. O verbo *assumir* está intimamente ligado à temática, digamos, *gay de assumir sua identidade, assumir sua homossexualidade, assumir que é gay*. No enunciado (1), ao resgatar os sentidos que esse verbo carrega nessa outra posição, há um movimento de identificação com outro discurso seguido de uma contra-identificação: dou existência ao Outro no meu discurso para mostrar que sou diferente dele. O sentido de

⁵ As noções de efeitos de pré-construído e de efeitos de sustentação podem ser conferidas em Pêcheux (2009 [1975]).

assumir, se colocado em referência ao discurso ao qual está se opondo, é a própria negação do *assumir*. Uma anedota causada pela contradição manifesta: *assumir Jesus é não se assumir*, logo *assumir = não assumir = reprimir*.

A equivalência para *Assuma Jesus* poderia ser simplesmente *Jesus é bom*. Mas o funcionamento não é tão simples, porque exige que toda essa memória sobre as determinações das práticas religiosas cristãs seja resgatada para nos dizer o que é *de Jesus* e o que não é *de Jesus*. Algumas frentes evangélicas nacionais têm insistido veementemente que ser *gay* é *não ser de Jesus*, pois é travado um embate duro sobre o objeto mais paradoxal dessa luta ideológica: a *normalidade sexual*. Se já dizia Pêcheux (2009 [1975]) que as palavras mudam de sentido em referência à posição sustentada por aqueles que as empregam, a expressão *normalidade sexual* é uma das evidências de que os sentidos falham.

Na posição do enunciado (1), *normalidade sexual* é sinônimo de *heterossexualidade* – o que garante entender que, para a mesma posição discursiva, a *homossexualidade* (ou *homossexualismo*, como preferem tratar) é sinônimo de *anormalidade sexual*. Mas, de fato, há quem ache que *ser normal* também é atributo dos homossexuais, por isso o sentido da luta.

O caminho do verdadeiro arco-íris é outro elemento do enunciado (1) que mostra um efeito de identificação seguido de contra-identificação. Poderíamos até arriscar dizer que há também um simulacro funcionando na expressão. Primeiramente, há uma relação de determinação entre *verdadeiro* e *arco-íris*, no sentido de que se reconhece um elemento de outra posição que deve aqui ser combatido. O *arco-íris*, símbolo e bandeira do movimento LGBTT, é, no enunciado (1), determinado pelo adjetivo *verdadeiro*. Novamente, as duas posições entram em confronto na luta pelo sentido do mesmo objeto: a posição homofóbica se auto-denomina *o caminho do verdadeiro arco-íris* e, por consequência, acusa seu adversário de ser *o caminho do falso arco-íris*. Há a possibilidade de recorrermos, para a análise, ao imaginário cultural sobre o objeto *arco-íris*: colorido, alegre, feliz etc. A luta é por *esses* sentidos: uma posição *anti-gay* não admite positividade naquilo que representa seu adversário. Se o objeto *arco-íris* congrega esses sentidos positivos, então é necessário haver um *arco-íris* que seja *verdadeiro*, qual seja um *arco-íris* que não tenha ligação alguma com o *homossexualismo* a ser combatido.

O simulacro⁶ parece ocorrer na relação metonímica que a posição sustentada no enunciado (1) estabelece entre *arco-íris* e ser *gay*. Esse é o modo como a posição homofóbica lê a população homossexual: colorida, divertida, feliz etc. Há, de fato, uma contradição nesse ponto, já que, como dissemos no último parágrafo, a posição homofóbica precisa também desprender os caracteres positivos do movimento gay e substituí-los por coisas negativas. Contudo, ao mesmo tempo, também é necessário, para essa mesma posição, apagar o sentido da luta e do sofrimento vividos cotidianamente pelos homossexuais. A figura do gay precisa ser lida como uma figura divertida e feliz (afinal, o homossexual *nunca* enfrenta sofrimento algum no Brasil), mas também como uma figura errada e anormal (afinal, não é normal ser gay). Daí a necessidade de determinar o sentido de *arco-íris* com o adjetivo *verdadeiro*.

É como se o enunciado (1) acusasse a bandeira gay de ser uma espécie de Cavalos de Tróia: *é bonita, divertida, feliz, colorida e legal, mas quer te levar para o caminho da anormalidade e para longe de Jesus*. A fim de combater esse presente de grego, é que os efeitos de sustentação ganham vez no enunciado. Primeiramente, o adjetivo *verdadeiro* e, em seguida, uma relação apositiva entre *caminho do verdadeiro arco-íris* e *a felicidade plena de viver a normalidade sexual*. Não basta falar em *verdadeiro arco-íris*, também é preciso ressaltar no enunciado que se trata de não viver a *anormalidade sexual* que é o *homossexualismo*.

No aposto, há outro elemento que pode dar abertura para as falhas no sentido: o substantivo *felicidade*. O discurso homofóbico não pode dar vez ao sentido de que *ser homossexual* também é ser *feliz*. Daí a razão para *felicidade* também vir acompanhada de um adjetivo, *plena*. Não se trata da mesma *felicidade* (aquela colorida, alegre e descontraída) do *arco-íris gay*. O discurso religioso é novamente evocado pra dizer de uma tal *felicidade mundana*, que não é plena, não é completa, mas passageira e vazia.

Veja-se que o efeito de sustentação é requerido justamente porque se está conversando com outros discursos, o embate é direto. Só há necessidade de se falar em *verdadeiro arco-íris*, porque existe *outro arco-íris* que é preciso ser combatido; só se é instado a defender uma *felicidade plena* porque se enxerga a possibilidade de uma *outra felicidade* que, de fato, mesmo para essa posição, existe. E é nesse movimento que o discurso é equívoco e con-

⁶ A noção de simulacro da qual nos valemos é aquela apresentada por Maingueneau (2008b) em sua tese sobre a polêmica como interincompreensão.

traditório, pois ele defende que só se é *feliz* sob uma determinação social *X*, mas, ao mesmo tempo, deixa deslizar o sentido de que existe outra *felicidade*, outro modo de *ser feliz*.

Veja-se que tomamos o cuidado, durante esse exercício de análise, de não usar termos como *formação discursiva homofóbica*, *formação discursiva gay* ou *formação discursiva religiosa*, pois o nosso desafio tem sido exatamente o de tentar entender quais critérios eu posso utilizar ou não tal classificação de unidades discursivas. Mas ficou claro, de qualquer forma, que, independente do número de FDs e de quais sejam essas FDs, há mais de uma posição em jogo e, juntas, essas posições todas atravessam o funcionamento de um mesmo enunciado e o fazem produzir sentidos.

Considerações finais

Rascunhada essa pequena análise, podemos voltar a Maingueneau (2008a) para concluir nosso texto. Antes de mais nada, podemos afirmar que sentimos um desconforto teórico enorme ao dizer que um discurso como o homofóbico é orientado por uma FD unifocal. E, diga-se de passagem, o que fizemos foi uma análise não exaustiva de um único enunciado. Logo, parece improvável, a nosso ver, que um *corpus* extenso sobre alguma questão polêmica (como o discurso racista citado por Maingueneau [2008a]) seja mesmo orientado por um único foco que faz com que os textos convirjam em uma mesma ótica.

É importante ressaltar que Maingueneau fala em FD, como unidades não tópicas, no sentido de um eixo articulador de textos de gêneros diversos que serve, nos parece, exclusivamente como critério de organização de *corpora*. Contudo, se o procedimento for mesmo este, o trabalho do analista do discurso se inverte, já que a FD não será o ponto de chegada de uma análise, ou seja, a verificação de quais os movimentos de estabilização de sentidos que organizam as posições ideológicas; mas, ao contrário, a FD se tornará o ponto de saída, já que o pressuposto da existência de uma unidade discursiva é que permitirá reunir textos em torno de uma questão.

Além disso, entendemos que um ponto de vista teórico-metodológico como esse ignora boa parte da complexidade que a elaboração da noção de FD apresenta tanto nos trabalhos de Pêcheux quanto nos de Foucault. Essa aceção de FD parece não levar em conta, do lado de Pêcheux (2009), a

complexidade dos processos discursivos: suas falhas, suas relações desiguais e contraditórias e seus deslizos. Também não corrobora, do lado de Foucault (2008), o fato de que uma FD não é, para esse filósofo, uma garantia de unidade. Foucault (2008) fala insistentemente em relações diversas e de estatutos diferenciados e deixa muito claro, desde muito cedo no método arqueológico, que não pretende desenhar unidades do discurso, já que isso seria o trabalho de um historiador tradicional.

Temos a impressão de que, em Maingueneau (2008a), também se ignora o fato de que uma FD nunca se fecha sobre si mesma: os sentidos que ela orienta não são dados única e exclusivamente a partir dela. Como nossa análise mostrou, o sentido é sempre orientado pelas relações *entre* posições, relações estas que são dadas no funcionamento do interdiscurso – nos efeitos de articulação e de pré-construído. Sendo assim, parece ilusório estabelecer uma unidade *discurso homofóbico* sem estar atento às fissuras que ela sofre por parte dos outros discursos que lhe são constitutivos e sem os quais ela não teria razão de existência e de funcionamento.

É nesse sentido que não estamos certos de que a alternativa teórico-metodológica que Maingueneau (2008a) oferece para resolver o problema das unidades do discurso seja, em si, a solução da questão, pois imaginamos que a distinção entre FDs unifocais e plurifocais não consiga dar conta do funcionamento da contradição em objetos discursivos constitutivamente paradoxais. Além disso, a divisão entre unidades tópicas e não tópicas, apesar de ser um avanço ao constatar esses dois modos de organização discursiva, também não consegue abranger as múltiplas relações existentes entre os diversos processos discursivos e, por isso, histórico-ideológicos que constituem o funcionamento de uma cadeia de enunciados.

Agradecimentos: Ao CNPq, pela bolsa de doutorado, cujo processo é de número 151107/2011-4, e à Capes, pela bolsa de estágio sanduíche no exterior, cujo processo é de número 8753/12-1.

VOSS, Jefferson. Notes regarding Dominique Maingueneau's discussion concerning the problem of discursive formations. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 7-24, 2012.

ABSTRACT: *The following paper presents a discussion regarding the problems evoked by the theoretical and methodological debate offered by Dominique Maingueneau (2008a) concerning the handling of discursive formations when analyzing materials in discourse analysis (DA). In our paper, we bring a brief overview of the problem of discursive formation as a concept in DA. We also show an analysis of an utterance in order to discuss Maingueneau's theoretical and methodological proposition (2008a). By conflicting this proposition with Michel Pêcheux's discursive theory, it follows from our analysis the conclusion that Maingueneau's proposal, as well as other works which attempted to find any solution to the way of manipulating discourse unities, is equally problematic since it ignores the complexity of discursive processes and the functioning of contradiction in constitutively paradoxical discursive objects.*

KEYWORDS: *Discursive Formation; Topical and NonTopical Units; Contradiction; Dominique Maingueneau.*

Referências

BARONAS, R. L. Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. In: _____. (Org.) **Análise do discurso:** apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 169-182.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso.** 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso:** diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

GUILHAUMOU, J. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, R. L. (Org.)

Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 105-117.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*. **Langages**, Paris: Didier / Larousse, n. 24, p. 93-106, 1971.

INDURSKY, F. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 183-194.

MAINGUENEAU, D. Unidades Tópicas e Não Tópicas. In: _____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso:** (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. A Inquietude do Discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Org.) **Legados de Michel Pêcheux:** inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, E. P. (Org.) **Análise de discurso:** Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. **Semântica de discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 307-315.

_____. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 151-161.

VOSS, J.; NAVARRO, P. *Sobre o conceito de formação discursiva em Foucault e o tratamento de objetos da mídia*. In: POSSENTI, S.; BENITES, S. (Org.) **Estudos do texto e do discurso:** materialidades diversas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. p. 53-81.